



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00091.002910/2021-98

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Agência Brasileira de Inteligência conta, hoje, com dois contratos distintos de transporte de carga. O Contrato nº 529/2020, referente ao transporte de carga aéreo, e o Contrato nº 555/2017, referente ao transporte de carga terrestre.

1.2. As duas modalidades de transporte de carga se fazem necessárias devido à presença de Superintendências Estaduais em todas as capitais, além da existência, atualmente, de duas subunidades em Foz do Iguaçu-PR e em Tabatinga-AM.

1.3. A aquisição de materiais e a sua gestão é feita, prioritariamente, na Sede do órgão, em Brasília, por proporcionar economia de escala e centralizar atribuições que sobrecarregariam as unidades de outros Estados. Dessa forma, a distribuição de bens é feita pela Sede à medida que surgem demandas e as necessidades das Superintendências evoluem. Além disso, as demandas evoluem e se alteram, exigindo que a Administração se adapte e movimente os recursos necessários para a execução das tarefas nos mais variados locais.

1.4. A partir da análise dos transportes de carga realizados pela ABIN, coordenados pela Divisão de Transporte e Oficina, percebe-se que, em sua grande maioria, são transportados mobiliário e equipamentos eletrônicos entre a Sede e as Superintendências ou entre Superintendências, para melhor utilização dos recursos disponíveis.

1.5. Embora a utilização do contrato de transporte de carga terrestre se mostre mais vantajosa quando são transportados bens maiores, como em grande quantidade ou equipamentos pesados, o transporte aéreo, por possuir algumas especificidades, mostra-se mais indicado em outras situações.

1.6. A celeridade deste meio permite que os bens sejam recebidos mais rapidamente pela unidade demandante, suprimindo a necessidade habilmente e diminuindo o prejuízo causado pela ausência dos recursos.

1.7. Ainda, o transporte de carga mais valiosa, principalmente de equipamentos eletrônicos, quando realizado pela via aérea, apresenta menos riscos de furto, roubo ou extravio do material transportado. Apesar de os transportes possuírem seguro para o caso de perda ou dano à carga, essas situações trarão outros prejuízos à Agência e impossibilitarão a utilização dos recursos materiais pretendidos pelas unidades que receberiam os equipamentos.

1.8. Por fim, para ocasiões nas quais são transportados materiais pouco volumosos e em pequenas quantidades, o transporte aéreo pode até se mostrar

economicamente mais vantajoso do que o transporte terrestre, já que a transportadora contratada para este serviço eventualmente não terá outros transportes para diluir os custos do deslocamento, enquanto a transportadora por via aérea utilizar-se-á dos serviços de companhias aéreas.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para a correta execução do serviço, têm-se os seguintes requisitos:

2.1.1. O valor do transporte será calculado com base no peso dos volumes transportados e nos preços de tabelas oficiais das empresas concessionárias de transporte aéreo registradas na Agência Nacional de Aviação Civil, com taxa de desconto.

2.1.2. O contrato terá duração de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.1.3. Disponibilização de acesso a sistema online, via internet, de rastreamento de cargas, para o monitoramento de toda a trajetória do material transportado, com acesso exclusivo para à Contratante;

2.1.4. Declarações das Companhias Aéreas com quem a empresa participante é vinculada, comprovando ser agenciada e estando rigorosamente em dia com seus compromissos financeiros junto às mesmas.

2.1.5. Cópia da apólice de contratação perante uma Companhia de Seguros, que comprove a existência de cobertura para os riscos de Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo de Cargas (RCTAC).

2.1.6. Cópia da apólice de contratação perante uma Companhia de Seguros, que comprove a existência de cobertura para os riscos de Responsabilidade Civil por Furto e Desaparecimento de Carga (RCFDC).

2.1.7. As apólices de seguro referidas nos itens supra deverão estar dentro do prazo de validade e emitidas, obrigatoriamente, em nome da empresa licitante.

2.1.8. No caso de ser inviável utilizar o transporte aéreo por motivo de classificação do material de acordo com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil- RBAC nº 175 da Agência Nacional de Aviação Civil- ANAC, com o menor frete, o motivo deverá ser justificado. Se a inviabilidade for causada por culpa da CONTRATANTE, o frete de maior valor poderá ser aceito. Caso contrário, se for opção da CONTRATADA, a CONTRATANTE pagará o menor valor de frete.

2.1.9. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

2.2. Será definido no Termo de Referência Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que balizará a avaliação da qualidade do serviço prestado, podendo trazer reflexo no pagamento, conforme mecanismos de cálculo e critérios objetivos.

2.3. O serviço pretendido possui natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra. A prestação dos serviços será feita sob demanda. Desta forma, o valor do contrato é apenas uma estimativa da demanda de serviços e o pagamento se dará após a finalização de cada transporte de carga.

2.3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2.4. A presente contratação adotará como regime de execução a

empreitada por preço unitário.

2.5. Quanto aos critérios de sustentabilidade, a contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

2.5.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

2.5.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

2.5.3. Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

2.5.4. Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

2.6. Demais critérios de sustentabilidade foram incluídos no Termo de Referência após consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (0313947), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, e ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (0313948), do Ministério do Meio Ambiente.

2.6.1. Também foram adotados critérios de sustentabilidade inerentes ao Plano de Gestão de Logística Sustentável da ABIN (0313951).

2.7. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Para o levantamento do mercado, observou-se contratações similares com outros órgãos, como pode ser observado na pesquisa que gerou o documento "Consulta ao Painel de Preços" (SEI nº 0315987). Dentre as contratações pesquisadas, se utilizam de metodologia de cálculo para pagamento de valores considerando "peso carga", sendo que algumas contratações detalham essa referência, com a análise do maior valor entre "peso real e peso cubado". Destarte, não se observou mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de contratação, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de contratação, com a inclusão do detalhamento do peso real e do peso cubado para o cálculo do valor a ser pago.

3.1.1. Trata-se de serviço comum e abundante no mercado que, no entanto, é marcadamente padronizado.

3.1.2. Faz-se importante ressaltar que é prática do mercado a utilização do peso real ou do peso cubado, dos dois o maior, para cálculo dos valores do serviço. Por isso, nesta contratação, a fórmula para cálculo do valor a ser pago e para o cálculo do peso cubado está sendo incluída, o que diferencia das contratações anteriores. A forma de cálculo para os pesos real e cubado está descrita no Termo de Referência, item 17.2.

3.1.2.1. Comprova-se ser prática do mercado a utilização da metodologia de cálculo para pagamento de valores para o serviço de transporte de carga aéreo, considerando tanto o peso real quanto o peso cubado para a definição do peso carga, com exemplo de Termo de Referência para a contratação do Banco

Central do Brasil (SEI nº 0316676).

3.1.3. O critério de seleção do fornecedor, como observa-se em outras contratações públicas para o mesmo objeto, será a maior taxa de desconto ofertada, conforme art. 7º do Decreto nº 10.024/2019. Dessa forma, a licitação trará como forma de competição a disputa pela maior taxa de desconto, a qual será aplicada sobre os valores das tabelas oficiais das companhias aéreas, resultando no menor valor a ser pago pela Administração.

3.2. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Serviço de transporte de cargas por via aérea, em âmbito nacional, porta a porta, ida e volta, utilizando-se dos serviços de companhias aéreas, incluindo os trabalhos de carga e descarga, embalagem e desembalagem, coleta, remessa, redespacho e entrega de cargas e encomendas diversas, incluindo impressos e materiais de expediente, equipamentos e periféricos de informática.

4.2. No serviço, deverá estar incluso o seguro das cargas transportadas, bem como os custos com a logística, as embalagens, a coleta, a entrega, a desembalagem, a carga, a descarga, o armazenamento durante o trânsito da carga e a arrumação geral para o transporte.

4.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, em aeronaves de transporte específicas, de acordo com a natureza da carga/encomenda, no prazo máximo estabelecido, contado a partir da entrega da ordem de serviço à empresa contratada, conforme especificado no Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.0.1. Para a estimativa das quantidades, realizou-se levantamento das requisições de transporte de carga aéreo dos últimos 12 (doze) meses, com período de análise de março de 2020 a fevereiro de 2021.

5.1. Em comparação com a contratação anterior, observa-se aumento do valor estimado devido ao aumento da demanda, resultado da logística para viabilizar a modernização dos aparelhos de Tecnologia da Informação do órgão, cuja distribuição às Superintendências Estaduais é feita por meio do contrato de transporte de carga aéreo.

5.2. O documento SEI nº 0321917 contém as memórias de cálculo e documentos que dão suporte à estimativa.

5.3. No contrato não há necessidade de outros materiais específicos acessórios ou suporte cuja previsibilidade não é possível antes da contratação.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será R\$ 201.492,77 (duzentos e um mil quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos).

6.1.1. O valor de referência é composto pela soma da tarifa do transporte e das taxas de coleta e entrega.

6.1.2. Ao produto da aplicação da taxa de desconto no valor de referência deverá ser somado o valor estimado de seguro para cálculo do valor final do

contrato.

6.1.3. Valor máximo aceitável, após aplicação do desconto e soma do valor estimado do seguro, de R\$ 143.869,03 (cento e quarenta e três mil oitocentos e sessenta e nove reais e três centavos)

6.2. Para composição do preço, foi elaborada planilha com quadro comparativo de preços pesquisados (0316015), em conformidade com as regras estabelecidas na IN nº 73/2020/ME.

6.3. A pesquisa foi realizada com base em contratações públicas firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

6.4. Os preços foram analisados de forma crítica e rigorosa e comparados com as necessidades da contratação, tal como especificação, quantitativo, local e prazo de entrega. Descartou-se os preços inexequíveis, os excessivamente elevados e os incompatíveis com a contratação.

6.5. O Relatório de Pesquisa de Preços (0315980) detalha os procedimentos da pesquisa e a metodologia para cálculo dos valores estimados.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. É praxe de mercado que o serviço seja realizado por uma única empresa, de modo a garantir a qualidade e a execução de todo o objeto.

7.2. O objeto não é divisível na medida em que o serviço deverá ser prestado em todo o território nacional, com transportes sendo realizados entre as mais diversas capitais e cidades do país. Consequentemente, a não divisão do objeto se mostra mais prudente e a única forma viável para garantir a execução do objeto.

7.3. Ademais, levando em consideração o mercado fornecedor observa-se que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Correlata à presente contratação há os seguintes contratos de mesmo gênero nas demais frações da ABIN, sem, no entanto, a existência de contratações interdependentes:

8.1.1. Contrato nº 529/2020: o atual contrato de serviço de transporte de carga via aérea, que se encerrará no dia 12/06/2021;

8.1.2. Contrato nº 555/2017: contrato de serviço de transporte de carga via rodoviária, que funciona de forma complementar ao objeto do presente processo, sem que haja interdependência.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2017 - 2021 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria nº 461/ABIN/GSI/PR, de 29 de novembro de 2018 e publicada no Boletim de Serviço Sigiloso nº 22, de 30 de novembro de 2018, e não se vincula a política pública específica, mas tão somente à missão institucional da ABIN.

9.2. A presente contratação está contemplada no Plano Geral de Contratações - PGC da ABIN 2021 (0319860), nº do item nº 706, sob o código do item nº 25208, cuja descrição é "transporte aéreo - cargas encomendas".

9.3. Por fim, esta contratação também está amparada no Plano de Logística Sustentável (0313951). Assim, foram considerados alguns itens do PLS que possuem aderência direta e indireta com esta contratação, como seguem:

a)**4.6.5: Tecnologia da Informação:** "A aquisição e a terceirização de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) da ABIN atendem às diretrizes fixadas na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; às configurações aderentes aos computadores sustentáveis ("TI verde"), conforme disposto na Portaria nº 2, de 16 de março de 2010, da SLTI/MPOG; e aos critérios de sustentabilidade definidos na Instrução Normativa nº 1/2010, também da SLTI/MPOG";

b)**4.7. Deslocamento de Pessoal:** "O deslocamento de pessoal abrange todos os mecanismos utilizados pela organização para proporcionar a movimentação física do seu corpo funcional via meios de transportes, tendo como foco a redução de despesas e de emissão de substâncias poluentes";

c)**4.8. Melhoria da qualidade do gasto público:** "A redução do número de servidores, aliada às restrições orçamentárias impostas, obrigam a ABIN a rever os seus modelos de trabalho, em busca da otimização dos recursos existentes".

9.3.1. Quanto às alíneas "a", "b" e "c" acima, informa-se que:

a)conforme o item 4.6.5 do PLS, esta contratação também tem o intuito de possibilitar a logística de distribuição dos equipamentos de TIC de forma segura, tempestiva e ágil;

b)conforme o item 4.7 do PLS, de forma análoga, o deslocamento de equipamentos e de bens da ABIN é realizado por meio de transporte de carga aéreo, que nos termos expressos nesta contratação utiliza-se de critérios de sustentabilidade;

c)conforme o item 4.8 do PLS, de forma específica e aplicada a esta contratação, o critério de julgamento da proposta mais vantajosa, utilizando-se do maior desconto ofertado, resultando no menor valor a ser pago pela Administração. Ainda, considerando também a forma de gerenciamento do contrato, haverá condições de melhoria da qualidade do gasto público.

10. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. Os benefícios a serem obtidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis diretos a serem obtidos são:

10.2. Benefícios diretos: distribuição dos recursos materiais e tecnológicos, suprimindo necessidades das Superintendências Estaduais e das Subunidades e dando suporte logístico às atividades desenvolvidas pela ABIN.

10.3. Benefícios indiretos: desnecessidade de contratações paralelas para transporte de bens materiais, resultando em ganho de eficiência e economia, bem como na qualidade da fiscalização contratual e do gasto público inerente a esta contratação.

10.4. Impactos ambientais positivos: considerando a obrigatoriedade de seguimento das práticas sustentáveis previstas na Instrução Normativa nº 1, de

19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os impactos são aqueles nela descritos.

10.5. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: a melhor distribuição dos recursos materiais e tecnológicos da Agência possibilita melhores condições de trabalho para os servidores, além de suporte logístico e apoio tecnológico, auxiliando-os no atingimento dos objetivos institucionais e fornecendo equipamentos mais adequados às atividades desenvolvidas.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. Não há a necessidade de adequação do ambiente do órgão, na medida em que a contratação não impacta na estrutura física, elétrica, hidráulica e ambiental do órgão.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Possíveis impactos ambientais estão relacionados à emissão de poluentes decorrente do serviço de carga a ser realizado por via aérea. Considerando que o transporte aéreo é realizado por companhias aéreas reguladas pela ANAC, sujeitas a regramentos referentes à redução da emissão de gases poluentes e medidas de compensação ambiental, a ABIN, por meio dos fiscais de contrato, deve verificar o cumprimento dessas regras e das práticas adotadas pela empresa terceirizada. No mesmo sentido, dar-se-á a verificação do cumprimento dessas regras, com o fim de aplicar medidas de redução do impacto ambiental dos transportes realizados para coleta e entrega da carga, por via terrestre.

12.2. Após consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e ao Plano de Logística Sustentável da ABIN, foram incluídos diversos itens no Termo de Referência, como o item 5.5 e seus subitens e os itens 11.37 a 11.43, que visam mitigar os riscos ambientais existentes.

12.3. Será tarefa dos fiscais do contrato verificar o cumprimento da empresa contratada quanto às obrigações referentes aos critérios de sustentabilidade.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

13.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.